

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DAS MERÇÊS DE  
CARVALHAL BENFEITO**



**DEMONSTRAÇÕES DE RELATO FINANCEIRO SNC - ESNL**

**ANEXO**

**RELATO FINANCEIRO DO ANO ECONÓMICO DE 2014**

**31-12-2014**



## NOTAS

### 1 - IDENTIFICAÇÃO

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NSRA MERÇÊS CARVALHAL BENFEITO é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Tipo Centro Paroquial, com o NIF - 504 933 264 e o NISS - 200102803349, com sede na Rua D. Gastão, Nº 2 R/C - 2500 - 404 Carvalhal Benfeito, freguesia de Carvalhal Benfeito concelho de Caldas da Rainha, Portugal, tendo sido constituída em 01-01-2002. A sua atividade principal é Atividades de Apoio Social para pessoas idosas sem alojamento (CAE- 88101). O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS opera em freguesia de Carvalhal Benfeito.

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS é uma Instituição independente não sendo participada por qualquer sociedade mãe e não participa no capital de outras entidades.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o CENTRO PAROQUIAL opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras vão ser aprovadas pela Direção em 11 de Março de 2015. Sendo opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações do CENTRO PAROQUIAL, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. Vão também ser apresentadas, para elaboração de parecer, na mesma data pelo Conselho Fiscal do Centro Paroquial.

### 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados

### 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

**Imparidade de Ativos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o



montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

#### **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende:

- O seu preço de compra;
- Quaisquer custos, diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida;
- Sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método (... indicar método: método da linha reta, o método do saldo decrescente; o método das unidades de produção; outro) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do



período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em ativos fixos tangíveis.

#### **Instrumentos financeiros**

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- Ao custo menos perda por imparidade;
- Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### **Ao custo menos perda por imparidade**

Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, empréstimos concedidos, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. São também mensurados ao custo menos perda por imparidade os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

#### **Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**

Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

#### **Imparidade de ativos financeiros e sua reversão**

Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.



R. F. O. M.  
Souza

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas. "

#### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em ativos financeiros.

#### Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em outras contas a receber.

#### Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo histórico e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A técnica de mensuração do custo de Inventários é ao custo.



Quando o valor realizável líquido foi mais baixo que o valor de custo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, estes encontram-se registados na rubrica perdas de imparidade de inventários (perdas/ reversões).

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo histórico.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em inventários.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos**

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

### **Vendas de bens**

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para o CENTRO PAROQUIAL;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.



As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

O CENTRO PAROQUIAL não fez no período do relato vendas de bens

### **Prestação de serviços**

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa/Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

No CENTRO PAROQUIAL As prestações de serviços incluem: Mensalidades, quotizações e serviços secundários.

### **Juros, royalties e dividendos**

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:
  - Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo;
  - Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;
  - Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Entidade (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

O CENTRO PAROQUIAL no período do relato apenas reconheceu juros de ativos correntes (Depósitos Bancários), pois não tem royalties nem dividendos.

### **Subsídios do Governo**

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.



16  
P.H.O.  
SOM

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

#### **Custos com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

#### **Passivos contingentes e ativos contingentes**

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade;





- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

O CENTRO PAROQUIAL no período do relato apenas reconheceu juros de ativos, pois não tem royalties nem dividendos.

#### **Juizos de valor, estimativas e pressupostos críticos**

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização;
- Imparidade de dívidas a receber;
- Justo valor dos instrumentos financeiros.



#### 4 - FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes - quantias escrituradas e movimentos do exercício	31-12-2014				31-12-2013			
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	359	96.944	96.508	795	341	81.980	81.962	359
Depósitos à ordem	7.140	390.615	376.729	21.026	10.145	372.863	375.868	7.140
Outros depósitos bancários	8.477	7.217	1.230	14.464	6.227	2.220		8.447
Total de caixa e depósitos bancários dos quais: depósitos bancários no exterior	15.948	457.063	457.830	36.285	16.713	457.063	491.489	15.946

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 existiram recebimentos com origem em subsídios, doações e legados à exploração, respeitantes a participação do Instituto da Segurança Social, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Autarquia de Caldas da Rainha, Junta de Freguesia de Carvalhal Benfeito e outros, no valor de 16 976.76€.

#### 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



31-12-2014

Ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	-	-	140.251	38.899	62.466	7.987	-	2.362	-	-	251.963
Depreciações acumuladas iniciais	-	-	83.145	38.899	58.183	6.921	-	2.127	-	n.a.	189.274
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	83.145	38.899	58.183	6.921	-	2.127	-	-	189.274
Quantia líquida escriturada inicial	-	-	57.105	-	4.283	1.066	-	235	-	-	62.689
Movimentos do período	-	-	(9.211)	(533)	(3.314)	(533)	-	(235)	-	-	(13.293)
Total das adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições em 1ª mão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das diminuições	-	-	9.211	533	3.314	533	-	235	-	-	13.293
Depreciações	-	-	9.211	533	3.314	533	-	235	-	-	13.293
Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras (Transferências para edifícios)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada final	-	-	47.894	-	969	533	-	0	-	-	49.395
Quantia bruta escriturada final	-	-	140.250	38.899	62.466	7.987	-	2.362	-	-	251.963
Depreciações acumuladas finais	-	-	92.356	38.899	61.497	7.454	-	2.362	-	-	202.568
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais	-	-	92.356	38.899	61.497	7.454	-	2.362	-	-	202.568



31-12-2013

Ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	-	-	140.251	38.899	62.816	6.388	-	2.362	-	-	250.714
Depreciações acumuladas iniciais	-	-	71.645	38.899	55.219	6.388	-	967	-	n.a.	173.117
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	71.645	38.899	55.219	6.388	-	967	-	-	173.117
Quantia líquida escriturada inicial	-	-	68.606	-	7.597	-	-	1.395	-	-	77.597
Movimentos do período	-	-	(11.500)	-	(4.314)	1.599	-	(1.160)	-	-	(15.908)
Total das adições	-	-	-	-	-	1.599	-	-	-	-	2.249
Aquisições em 1ª mão	-	-	-	-	650	-	-	-	-	-	1.599
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	650
Total das diminuições	-	-	11.500	-	4.964	533	-	1.160	-	-	18.157
Depreciações	-	-	11.500	-	3.964	533	-	1.160	-	n.a.	17.157
Abates	-	-	-	-	1.000	-	-	-	-	n.a.	1.000
Outras (Transferências para edifícios)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantia líquida escriturada final	-	-	57.105	-	4.283	1.066	-	235	-	-	62.689
Quantia bruta escriturada final	-	-	140.250	38.899	62.466	7.987	-	2362	-	-	251.963
Depreciações acumuladas finais	-	-	83.145	38.899	58.183	6.921	-	2.127	-	-	189.274
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais	-	-	83.145	38.899	58.183	6.921	-	2.127	-	-	189.274



No ano do relato não foi adquirido qualquer Ativo Fixo Tangível.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	Anos
Bens de domínio público	
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Equipamentos biológicos	
Outros ativos fixos tangíveis	8

Dentro de alguns itens existem mais de que uma taxa de depreciação, feito com base na tabela geral de depreciações e da vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de 13 292.60 Euros em 31 de Dezembro de 2014, foram reconhecidas em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização. O seu valor é inferior ao do ano anterior devido ao fim da amortização de alguns ativos.

Não foram reconhecidas Imparidades em Ativos Fixos Tangíveis.

O Valor Correspondente a Ativos Financeiros diz respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) sendo de 60.20€ em 2014 em 2013 não existia.

## 6 - INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2014, os inventários têm a seguinte composição.



Inventários	31-12-2014		31-12-2013			
	Valor bruto	Perdas por imparidade líquida	Quantia líquida	Valor bruto	Perdas por imparidade líquida	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	1.193	-	1.193	731	-	731
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-	-	-
Com titularidade restringida:	1.193	-	1.193	731	-	731
	-	-	-	-	-	-

A variação dos inventários no período do relato encontra-se dentro dos valores dos anos anteriores, mas com uma ligeira subida. Não há perdas por imparidade no período do relato nem em anos anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é assim decomposto:



	31-12-2014				31-12-2013					
	Mercadorias	Mat. Primas e subsidiárias	Ativos biológicos	Materiais de consumo	Total	Mercadorias	Mat. Primas e subsidiárias	Ativos biológicos	Materiais de consumo	Total
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas										
Inventários iniciais		731			731		1.256			1.256
Compras		43.859			43.859		48.741			48.741
Reclassificação e regularização de inventários		-	-	-	-		-	-	-	-
Transferências para propriedades de investimento		-	-	-	-		-	-	-	-
...		-	-	-	-		-	-	-	-
...		-	-	-	-		-	-	-	-
Inventários finais		1.193			1.193		731			731
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		43.397	-	-	43.397		45.973	-	-	45.973

No ano do relato de referir uma pequena diminuição do consumo de mercadorias em relação ao ano anterior.

## 7 - CLIENTES / UTENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:



Clientes / Utentes	31-12-2014			31-12-2013		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
<b>Clientes, conta corrente</b>						
Gerais			-			-
Utentes	840		840	990		990
<b>Clientes - títulos a receber</b>						
Gerais			-			-
Utentes			-			-
			-			-
<b>Outros</b>			-			-
---			-			-
	840	-	840	990	-	990

No final do período de relato a conta clientes/ utentes reflete na sua maior parte a dívida de alguns utentes, referentes ao mês de Dezembro que só foram pagos em Janeiro seguinte. Valores dentro do normal.

## 8 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	31-12-2014	31-12-2013
<b>Ativo</b>		
Outros impostos		
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
Retenção de imposto sobre o rendimento	296	280
Imposto sobre o valor acrescentado		
Contribuições para a Segurança Social	4.280	3.296
Tributos das autarquias locais		
Outros (FCT)	60	
	4.586	3.296

Durante o período de relato a rubrica estado e outros entes públicos reflete os passivos respeitantes à retenção do imposto sobre o rendimento, categoria A e B e contribuições para





a Segurança Social e FCT/FGCT respeitantes ao mês de Dezembro de 2014, a pagar em Janeiro de 2015.

### 9 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber correntes	31-12-2014			31-12-2013		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Pessoal			-			-
Devedores por acréscimos de rendimentos				1.217		1.217
Créditos fornecedores	71		71			-
Outros Credores	680		680			-
...			-			-
...			-			-
			-			-
	751	-	751	1.217	-	1.217

No período do relato a rubrica reflete o valor respeitante ao não recebimento do pagamento pela Junta de Freguesia da verba respeitante ao Protocolo com a mesma e da Associação Recreativa Carvalhal Benfeito.

A rubrica crédito de fornecedores refere-se a um engano numa transferência bancária, que vai ser regularizada no período seguinte.

### 10 - DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:



*Handwritten signature and name: Soule*

Diferimentos	31-12-2014	31-12-2013
<b>Diferimentos - Ativo</b>		
Gastos a reconhecer	1.943	1.319
	<b>1.943</b>	<b>1.319</b>
<b>Diferimentos - Passivo</b>		
Rendimentos diferidos		

No período do relato a rubrica reconhece pagamento de gastos respeitantes a seguros e outras despesas a reconhecer no ano económico de 2015.

#### 11 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2014	31-12-2013
Depósitos à ordem	21.026	7.140
Outros depósitos bancários	14.464	8.447
Numerário	795	359
....		
	<b>36.285</b>	<b>15.946</b>

No ano do relato, através da melhoria do resultado, verificou-se um aumento neste item, evidenciando uma melhor situação de tesouraria, na sequência dos investimentos feitos em 2011/2012 em obras, que foram pagas com recursos próprios e também devido à sequência de resultados negativos verificados desde 2010.

#### 12 - IMPARIDADE DE ATIVOS



O CENTRO PAROQUIAL no ano do relato e outros anteriores não reconheceu imparidades em ativos.

### 13 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Os fundos do C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS são compostos por:

Fundos, Reservas e

Resultados Transitados 31-12-2014 31-12-2013

	31-12-2014	31-12-2013
Resultados Transitados	35 244.61€	43.957.33€

No ano do relato as variações da rubrica fundos patrimoniais refletem.

- Resultados transitados - incorporação do resultado ano económico anterior;
- Outras variações patrimoniais (subsídios) - reflete os subsídios recebidos da Junta de Freguesia e do Município das Caldas da Rainha, aos quais foi imputado no ano a resultados o valor de 1888.91€ pela depreciação do ativo.

### 14 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO RELACIONAOS COM ATIVOS

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS não beneficiou de qualquer subsídios ao investimento no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:

Os subsídios recebidos em períodos anteriores são:

- Subsídio da Câmara Municipal de Caldas da Rainha - Obras Centro de Dia - 6889.11€, no ano económico de 2012;
- Subsídio da Junta de Freguesia para adaptação de uma carrinha para cadeiras de rodas no valor de 6000.00€, no ano económico de 2011.

### 15 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:



*[Handwritten signature]*

Financiamentos obtidos	31-12-2014		31-12-2013	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos obrigacionistas:				
Empréstimos bancários:				
Viatura 39-MJ-41	0	-	3.143	-
	0	-	3.143	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos obtidos:	-	-	-	-
	0	-	3.143	-

No ano do relato foi amortizado o resto do valor de financiamentos referentes ao empréstimo para aquisição de uma carrinha, no ano económico de 2011, não havendo qualquer empréstimo a 31 de Dezembro de 2014.

#### 16 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores c/c		
Gerais	4.975	5.994
Outras partes relacionadas		
Fornecedores - títulos a pagar		
Gerais		
Outras partes relacionadas		
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		
Outros		
	4.975	5.994

No ano do económico do relato os valores da rubrica fornecedores encontram-se enquadrados com os de anos anteriores, com uma pequena redução, sendo respeitantes a custos



suportados/contabilizados referentes a Dezembro de 2014 e que vão ser regularizados no ano económico de 2015.

#### 17 - OUTRAS CONTAS A PAGAR - CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar correntes	31-12-2014	31-12-2013
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Financiamentos obtidos - participantes de capital		
Financiamentos obtidos - subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Credores por acréscimos de gastos	15.698	12.261
Adiantamentos por conta de vendas		
	15.698	12.261

Os valores referentes a estes itens, é superior no período do relato. O item credores por acréscimo de gasto referem-se aos encargos com férias, e outros acréscimos de gastos.

#### 18 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica as vendas e prestações de serviços são assim decompostas:



*Alc. Almeida  
Souza*

		Rédito das vendas e dos serviços prestados	31-12-2014	31-12-2013
Vendas	Mercado Interno			
Prestações de Serviços	Quotizações Mercado Interno			
	Quotas dos Utilizadores - Mensalidades Utentes		105.968	103.234
	Serviços Secundários		8.015	6.910
Contratos de construção			113.984	110.144
	<b>Total</b>		<b>113.984</b>	<b>110.144</b>

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS não faz vendas, apenas faz prestações de serviços aos seus utentes os valores referidos no quadro anterior são divididos pelas suas valências do seguinte modo:

	2014	2013
<b>CENTRO DE DIA</b>	<b>224 523.50€</b>	<b>26 159.34€</b>
<b>APOIO DOMICILIÁRIO</b>	<b>89 460.26€</b>	<b>83 984.50€</b>

No ano económico do relato verificou-se um ligeiro aumento do número médio de utentes no Apoio Domiciliário verificou-se uma média 39/40 em 2014, sendo em 2013 de 37/38 utentes. No Centro de Dia baixou de 11/10 utentes em 2013 para 10 utentes em 2014.

## 19 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013:



Subsídios, doações e legados à exploração		31-12-2014	31-12-2013
<b>Do Estado e outros entes públicos</b>			
	Centro Regional Segurança Social	108.604	102.948
	Autarquias -	6.003	1.035
	Instituto do Emprego e Formação Profissional	5.321	4.359
	Protocolo Junta de Freguesia	47.012	47.839
	Outras	1.037	954
<b>De outras entidades</b>			
<b>Doações e heranças</b>			
<b>Legados</b>			
	<b>Total</b>	<b>167.977</b>	<b>157.135</b>

Os valores apresentados no quadro anterior foram subdivididos pelas diversas valências do seguinte modo:

	2014	2013
<b>CENTRO DE DIA</b>	<b>12 344.86€</b>	<b>4 874.78€</b>
<b>APOIO DOMICILIÁRIO</b>	<b>108 620.19€</b>	<b>104 421.38€</b>

O C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS tem protocolos com o Instituto de Segurança Social para os serviços de apoio social que presta aos seus utentes, sendo:

- Apoio domiciliário - 35 utentes;
- O Centro de dia, que nos períodos anteriores não tinha protocolo com ISS, passou desde Outubro de 2013 a beneficiar de um protocolo para 5 utentes (104.82€/mês/utente), em virtude das obras realizadas em 2012. O aumento desta rubrica em 2014 prende-se com ao recebimento do protocolo durante todo o ano.

O subsídio do IEFP manteve-se em relação ao ano anterior devido à realização de um estágio profissional e outros (POC).

O item referente a autarquias refere-se a uma comparticipação para as despesas da ETAR atribuído pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha à entidade e da Junta de Freguesia. Foi também atribuída uma verba para as despesas na participação no desfile de Carnaval.

O item referente ao Protocolo Junta de Freguesia teve uma verba semelhante à do ano de 2013.



## 20 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos		31-12-2014	31-12-2013
Subcontratos			
Serviços especializados			
	Trabalhos especializados	510	193
	Publicidade e propaganda		66
	Vigilância e segurança	662	747
	Honorários	3.266	3.043
	Conservação e reparação	4.481	2.447
	Outros		
Materiais			
	Ferramentas e utensílios de desg. rápido	4.101	2.320
	Livros e documentação técnica		
	Material de escritório	1.079	1.405
	Artigos para oferta	112	257
	Encargos com saúde dos utentes	147	255
	Outros	406	844
Energia e fluidos			
	Electricidade	8.583	9.369
	Combustíveis	7.799	8.100
	Água	502	728
	Gás	3.329	3.205
	Outros		
Deslocações, estadas e transportes			
	Deslocações e estadas	336	358
	Outros		
Serviços diversos			
	Comunicação	2.040	2.307
	Seguros	1.906	3.169
	Contencioso e notariado		
	Limpeza, higiene e conforto	3.272	4.490
	Outros serviços	17	89
		42.548	43.392

No período do relato no item fornecimentos e serviços externos, verificou-se uma estabilização do valor total dos gastos. Esta estabilização reflete uma descida em alguns elementos e subida em outros, que se mantêm dentro dos valores normais para o nível de atividade.





## 21 - GASTOS COM O PESSOAL

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal		31-12-2014	31-12-2013
Remunerações dos órgãos sociais			
	Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal		149.725	146.639
	Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego			
Indemnizações			
Encargos sobre remunerações		30.422	29.301
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais		1.404	1.457
Gastos de ação social			
Outros gastos com pessoal		1.188	1.845
	Dos quais:		
	Indemnização despedimento		726
	Gastos com formação	193	850
	Gastos com fardamento		
	Saúde e Segurança no trabalho	659	269
	Outros	336	
		182.739	179.242

A composição e remunerações dos Órgãos Diretivos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 foram as seguintes:

Remunerações dos Órgãos Diretivos	31-12-2014	31-12-2013
Composição dos órgãos diretivos		
Direção / 5 membros	0	0
Conselho Fiscal / 3 membros	0	0
...		
...		
...		

Os órgãos diretivos do CENTRO PAROQUIAL não são remunerados, pelos seus serviços.



O número médio de pessoas que colaboraram com o C. SOC. PAROQUIAL MERÇÊS no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 foram de:

- Trabalhadores remunerados - 22 em 2014 e, de 20 no ano de 2013;
- Órgãos Diretivos, não remunerados - 8 em 2014 e 2013

Verificou-se um aumento do valor deste item, em função do aumento do pessoal e das contribuições para a Segurança Social.

## 22 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica outros rendimentos e ganhos são assim decompostos

Outros rendimentos e ganhos		31-12-2014	31-12-2013
Rendimentos suplementares			
	Royalties		
	Serviços Sociais		
	Outros rendimentos suplementares	4.657	7.896
Descontos de pronto pagamento obtidos		108	17
Recuperação de dívidas a receber			
Ganhos em inventários			
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros			
	Diferenças de câmbio favoráveis		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros			
	Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento		
	Sinistros	372	
	Alienações		50
Rendimentos de juros (não relacionados com financiamentos)		15	19
Excesso de estimativa para impostos			
Imputação de subsídios para investimentos		1.889	1.889
Ganhos em outros instrumentos financeiros			
Restituição de impostos			
Outros			
	Correções exercícios Anteriores	453	
	Donativos	2.708	4.482
	Outros não especificados	232	1
	<b>Total</b>	<b>10.434</b>	<b>14.354</b>



*P. H. Silva*

No ano do relato verificou uma diminuição deste item, nomeadamente da rubrica outros rendimentos suplementares (festas/filhos/tasquinhas) e donativos, devido há não existências de tantas dificuldades de tesouraria.

### 23 - OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica outros gastos e perdas são assim decompostos:

Outros gastos e perdas	31-12-2014	31-12-2013
Impostos/ taxas	612	557
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Cobertura de prejuizos		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Gastos em propriedades de investimento		
Gastos de juros (não relacionados com financiamentos)		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Correções relativas a períodos anteriores	189	257
Donativos		
Quotizações	200	75
Ofertas e amostras de inventários		
Insuficiência da estimativa para impostos		
Perdas em instrumentos financeiros		
Subsidios, donativos, bolsas de estudo		
Prestações a associados das mutualidades		
Capitais vencidos - associados das modalidades		
Prestações dos regimes profissionais complementares		
Rendas vitalícias - associados das mutualidades		
Prestações pecuniárias de cuidados de saúde		
Outros	14	63
	1.015	952

Os valores desta rubrica enquadra-se nos valores anteriores.



## 24 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica gastos/reversões de depreciação e de amortização são assim decompostos:

Gastos/reversões de depreciação e de amortização		31-12-2014	31-12-2013
<b>Ativos fixos tangíveis</b>			
	Bens de domínio público		
	Terrenos e recursos naturais		
	Edifícios e outras construções	9.030	11.550
	Equipamento básico		
	Equipamento de transporte	3.314	3.964
	Equipamento administrativo	533	533
	Equipamentos biológicos		
	Outros ativos fixos tangíveis	235	1.160
		13.293	17.157
<b>Ativos intangíveis</b>			
	Gerados Internamente		
	Com vida útil indefinida		
	Com vida útil finita		
	Outros ativos fixos intangíveis		
	Com vida útil indefinida		
	Com vida útil finita		
		-	-
<b>Ativos Biológicos</b>	...		
		-	-
<b>Propriedades de Investimento</b>	...		
		-	-
<b>Total</b>		13.293	17.157

No ano do relato verificou-se uma diminuição total das depreciações dos ativos fixos tangíveis devido a alguns destes já estarem totalmente depreciados.

## 25 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

No ano do relato não foram obtidos juros e rendimentos similares.

## 26 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:



Juros e gastos similares suportados	31-12-2014	31-12-2013
Juros suportados		
Empréstimos obrigacionistas:		
Financiamentos bancários	461	336
Descobertos bancários		
Locações financeiras		
Outros financiamentos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Perdas de participações de capital		
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos		
Outros gastos de financiamento:		
Relativos a financiamentos obtidos		
Comissões e encargos similares		
Imposto do selo		
Outros financiamentos		
	461	336

No ano de relato e no anterior os valores desta rubrica relacionam-se com os juros e encargos com o empréstimo obtido para a aquisição de uma viatura, que terminou de ser amortizado no final do exercício de 2014.

## 27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No ano do relato o C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS reconheceu os itens de instrumentos financeiros pelo seu valor escriturado. Não tendo ativos financeiros mensurados a justo valor, nem utilizou a técnica de avaliação.

No período também não reconheceu nenhuma imparidade ou reversão de imparidade, também não reconheceu qualquer provisão ou passivos contingentes em ativos financeiros.

## 28 - RESULTADOS

A informação sobre as principais operações do C. SOC.PAROQUIAL MERÇÊS, por atividade económica resume-se como segue:

31-12-2014

## RESULTADOS DO PERÍODO POR ATIVIDADES/ VALÊNCIAS

VALÊNCIAS	AP DOMICIL		CENTRO DIA		CENTRO DIA		PROTOCOLO		TOTAL		TOTAL		DIF
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014/2013
Vendas e prestações de serviços	89460,26	83984,50	24523,50	26159,34					113983,76	110143,84			3839,92
Subsídios, doações e legados à exploração	108620,19	104421,38	12344,86	4874,78					167976,76	157134,78			10841,98
ISS IP Centros Distritais	102259,62	101375,40	6344,86	1572,45					108604,48	102947,85			5656,63
Outros	6360,57	3045,98	6000,00	3302,33					59372,28	54186,93			5185,35
Varição dos inventários da produção													
Trabalhos para a própria entidade	28191,50	32879,17	4027,36	4748,00					43396,38	49265,83			-5869,45
Custo mercad. vend. das mat. consumidas	35684,83	35705,31	4773,86	4850,00					42547,41	43392,26			-844,85
Fornecimentos e serviços externos	116210,02	111540,30	32783,92	34338,91					182739,41	179242,22			3497,19
Gastos com pessoal													
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)													
Imparidades devidas a receber (perdas/reversões)													
Provisões (aumentos/reduções)													
Provisões específicas (aumentos/reduções)													
Outras imparidades (perdas/reversões)													
Aumentos/Reduções de justo valor	5227,27	7179,52	5207,00	7174,50					10434,27	14354,02			-3919,75
Outros rendimentos e ganhos	515,06	572,04	500,00	380,00					1015,06	952,04			63,02
Outros gastos e perdas													
<b>Resultado antes de Depreciações Gastos</b>	<b>22706,31</b>	<b>14888,58</b>	<b>-9,78</b>	<b>-6108,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22696,53</b>	<b>8780,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13916,24</b>
<b>Financiamento e Impostos</b>	<b>4909,00</b>	<b>7931,80</b>	<b>8383,60</b>	<b>9225,00</b>					<b>13292,60</b>	<b>17156,80</b>			<b>-3864,20</b>
Gastos/reversões depreciação e amortização													
<b>Resultado Operacional (antes de Gastos de</b>	<b>17797,31</b>	<b>6956,78</b>	<b>-8393,38</b>	<b>-15333,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9403,93</b>	<b>-8376,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17780,44</b>
<b>Financiamento e Impostos)</b>													
Juros e rendimentos similares obtidos	360,75	202,21	100,00	134,00					460,75	336,21			124,54
Juros e rendimentos similares suportados													
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>17436,56</b>	<b>6754,57</b>	<b>-8493,38</b>	<b>-15467,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8943,18</b>	<b>-8712,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17655,90</b>
Imposto sobre rendimento do período													
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>17436,56</b>	<b>6754,57</b>	<b>-8493,38</b>	<b>-15467,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8943,18</b>	<b>-8712,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17655,90</b>



No ano de relato verificou-se uma recuperação em relação ao período anterior, devido essencialmente a um aumento das comparticipações dos utentes e dos subsídios à exploração, por uma diminuição das depreciações e de outros gastos e perdas, em parte anulados por um aumento dos custos com o pessoal.

O resultado final em 2014 foi de 8 943.18€, em 2013 foi de - 8712.72€ negativos - aumento de 17 655.90€, devido ao aumento das receitas e uma descida de despesa:

- Aumento da receita: 10 762€ - +/- 3 839€ em mensalidades por aumento de utentes e 10 841€ em subsídios, aumento de comparticipações à exploração e descida de 3 920€ em outros rendimentos.
- Descida da despesa: 6 893.75€ - de referir uma descida das despesas com alimentação menos 5 869€, menos 844€ em fornecimentos, menos 3 864€ em depreciações, mas um aumento com o pessoal de 3 497€.

## 29 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMA LEGAL

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Informação sobre os movimentos nos fundos patrimoniais do C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS ver NOTA 13 e 14.

## 30 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O TOC

O Presidente da Direção